



A OCORRÊNCIA DE ACIDENTES DE TRABALHO NA ADOLESCÊNCIA E O USO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA

OCCURRENCE OF LABOR ACCIDENTS IN ADOLESCENCE AND USE OF SAFETY EQUIPMENT

LA OCURRENCIA DE ACCIDENTES DE TRABAJO EN LA ADOLESCENCIA Y EL USO DE EQUIPOS DE SEGURIDAD

Camila Perroni Marouço da Costa^I
Denize Cristina de Oliveira^{II}
Antonio Marcos Tosoli Gomes^{III}
Ana Paula Mumhen de Pontes^{IV}
Caren Camargo do Espírito Santo^V

RESUMO: Este trabalho objetiva analisar a relação existente entre a ocorrência de acidentes ocupacionais na adolescência e o uso de equipamentos de proteção individual (EPI). Trata-se de um estudo quantitativo realizado com 312 adolescentes trabalhadores, matriculados em duas escolas estaduais do município do Rio de Janeiro, em 2003. Os dados foram coletados através de questionário e analisados pelo *software* EPI-INFO. Observa-se que 70,5% dos jovens referiram contribuir para a renda familiar, sustentar a família ou se autossustentar. Muitos deles não fazem uso dos EPI, com destaque para as luvas, capacetes e calçados de segurança. Já sofreram acidentes: 97,1% dos adolescentes que não utilizam capacete, 94,4% dos que não usam luva e 96,9% dos que não usam sapatos. Conclui-se que existe relação entre a ocorrência de acidentes e o não uso de EPI. Este fato revela as condições de trabalho de alguns dos jovens trabalhadores e demonstra a importância da educação no ambiente laboral.

Palavras-chave: Trabalho na adolescência; acidente de trabalho; equipamentos de segurança; problema de saúde.

ABSTRACT: This study examined the relationship between the occurrence of labor accidents in adolescence and the use of protective equipment. It was a quantitative study conducted in 2003 with 312 working adolescents enrolled in two state schools in the municipality of Rio de Janeiro. Data were collected by questionnaire and analyzed using EPI-INFO software. It was observed that 70.5% of the young people studied reported contributing to family income, supporting the family or being self-supporting. Many of them do not use safety equipment, specifically gloves, hats and shoes. Workplace accidents have been suffered by 97.1% of those who do not use helmets, 94.4% of those who do not use gloves and 96.9% of those who do not use safety shoes. It follows that there is a link between the occurrence of workplace accidents and non-use of protective equipment. This shows the working conditions of some young workers and the need for workplace education.

Keywords: Work in adolescence; labor accident; safety equipment; health problem.

RESUMEN: Este trabajo objetiva analizar la relación entre la ocurrencia de accidentes laborales en la adolescencia y el uso de equipos de protección individual (EPI). Este es un estudio cuantitativo realizado con 312 adolescentes trabajadores inscritos en dos escuelas públicas en el municipio de Río de Janeiro-RJ-Brasil, en 2003. Los datos fueron recolectados a través de cuestionario y analizados por el EPI-INFO. Se observa que 70,5% de los estudiados contribuyen para los ingresos familiares, sostienen la familia o se autostienen. Se percibe que muchos de estos jóvenes no usan EPI, especialmente guantes, cascos y zapatos. 97,1% de los adolescentes que no usan casco, 94,4% de los que no usan guantes y 96,9% de los que no usan los zapatos de seguridad han sufrido accidentes. La conclusión es que existe una relación establecida entre la ocurrencia de accidentes y la no utilización de EPI. Este hecho revela las condiciones de trabajo de algunos de los jóvenes trabajadores y demuestra la importancia de la educación en el entorno de trabajo.

Palabras clave: Trabajo en la adolescência; accidente de trabajo; equipos de seguridad; problema de salud.

^IEnfermeira. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Promoção da Saúde e Práticas de Cuidado de Enfermagem e Saúde de Grupos Populacionais. E-mail: camila.perroni@hotmail.com

^{II}Enfermeira. Doutora em Saúde Pública. Professora Titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Professora do Departamento de Fundamentos de Enfermagem. Líder do Grupo de Pesquisa Promoção da Saúde e Práticas de Cuidado de Enfermagem e Saúde de Grupos Populacionais. Pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. E-mail: dcouerj@gmail.com

^{III}Enfermeiro. Doutor em Enfermagem. Professor Titular Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Professor do Departamento de Enfermagem Médico-Cirúrgico. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Promoção da Saúde e Práticas de Cuidado de Enfermagem e Saúde de Grupos Populacionais. E-mail: mtosoli@gmail.com

^{IV}Enfermeira. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Promoção da Saúde e Práticas de Cuidado de Enfermagem e Saúde de Grupos Populacionais. E-mail: anamunhen@gmail.com

^VEnfermeira. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Promoção da Saúde e Práticas de Cuidado de Enfermagem e Saúde de Grupos Populacionais. E-mail: carencamargo.enf@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este estudo faz parte do projeto integrado, intitulado *A enfermagem e a promoção da saúde do adolescente: condições de vida, saúde e trabalho de estudantes do ensino médio no Município do Rio de Janeiro*, desenvolvido por um Grupo de Pesquisa no âmbito do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

A adolescência é uma fase de desenvolvimento com mudanças psíquicas, físicas, biológicas e sociais que, ainda hoje, ocupa um espaço pouco definido entre a infância e a fase adulta. Para alguns autores, os adolescentes constituem um grupo em exposição crescente a várias situações de riscos físicos, emocionais e sociais que representam uma ameaça ao seu futuro¹. Estabelecer um limite cronológico para a adolescência é uma tarefa difícil já que há várias definições na literatura. No Brasil, o Ministério da Saúde considera os adolescentes como indivíduos compreendidos entre 10 e 19 anos². Já na literatura pediátrica, determinados autores³ consideram a adolescência como um período que vai dos 12 aos 22 anos.

Vale ressaltar a importância da abordagem dos jovens a partir de um olhar psicossocial para que assim se possa compreendê-los como o resultado da interação dos processos de desenvolvimento biológico, mental e social, das condições socioeconômicas e das influências culturais. Nesse aspecto, embora seja considerado um fenômeno igualmente universal, a adolescência apresenta características próprias em função do ambiente sociocultural no qual vive o indivíduo¹.

Sendo, portanto, a adolescência um período de mudanças, apesar de determinadas particularidades, é importante discutir algumas problemáticas até então consideradas normais e aceitas pela sociedade. Uma delas é o trabalho na adolescência que, ainda hoje, tende a ser algo considerado como natural em si mesmo para a sociedade moderna. Entretanto, essa naturalidade desconsidera os efeitos maléficos para a saúde e o desenvolvimento psicossocial desse adolescente à medida que se desenvolve nos modelos do trabalho do adulto, sem considerar as peculiaridades dessa fase⁴⁻⁷.

A inserção do adolescente no mercado de trabalho muitas vezes é cruel e precoce, onde a falta de condições de trabalho repercute desfavoravelmente na saúde do adolescente. Esse processo gera um nível de estresse cotidiano que pode culminar com a evasão escolar, síndromes psicossomáticas crônicas, acidentes de trabalho, sequelas de acidentes de trabalho, débitos crônicos de sono e, ainda, drogadição⁸⁻¹⁰.

Mais grave ainda são as doenças e os acidentes adquiridos devido às atividades realizadas no trabalho. Muitos desses problemas são latentes e só aparecem depois de algum tempo e, às vezes, em caráter

irreversível. Destaca-se que o trabalho juvenil deve se dar na condição de aprendiz, porém, frequentemente, a produção prevalece sobre a educação, podendo não haver condições apropriadas de saúde e de segurança¹¹.

Frente a esse contexto, o objetivo deste estudo é descrever a relação existente entre a ocorrência de acidentes de trabalho na adolescência e o uso de equipamentos de proteção.

REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo quantitativo, descritivo e transversal para a análise do binômio saúde e trabalho na adolescência. Como campo de estudo, adotou-se duas escolas públicas localizadas no bairro de Vila Isabel, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, que continham uma população heterogênea, compostas por adolescentes trabalhadores e não trabalhadores, de diferentes extratos sociais. Obedeceu-se também ao critério de possuírem ensino médio e contarem com períodos diurno e noturno em funcionamento. Como sujeitos, foram envolvidos 312 adolescentes trabalhadores regularmente matriculados no ensino médio dessas escolas, com idade entre 12 e 22 anos, seguindo assim os conceitos teóricos expostos anteriormente³.

Os dados foram coletados em forma de questionário que apresentava os seguintes blocos temáticos: a caracterização das condições de vida e de saúde dos sujeitos, instrumento de coleta de evocações livres e caracterização das condições de trabalho. Destaca-se que a coleta de dados se deu no período de agosto a dezembro de 2003 e os mesmos foram analisados pelo software EPIINFO 6.4.

Para a realização dessa pesquisa seguiu-se os princípios éticos da Resolução 196/96, do Ministério da Saúde. Assim, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisas da UERJ (COEP), tendo sido aprovado através do protocolo 007-2004/COEP/UERJ. Ainda foi realizado contato prévio com as instituições escolares que autorizaram o estudo. A participação dos sujeitos deu-se de forma voluntária com assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que lhes garantia respeito à dignidade, resguardando a autonomia, sua vulnerabilidade e assegurando o anonimato.

RESULTADOS

O trabalho na adolescência apresenta-se como uma questão complexa e multifacetada que deve começar com a análise de uma das principais causas da entrada dos adolescentes no mercado de trabalho, ao menos nas grandes cidades: a necessidade familiar de sobrevivência.

A prevalência de trabalho na população estudada foi de 288 (38,2%) trabalhadores e de 24 (3,2%) desempregados, portanto, totalizando trabalhadores atuais ou pregressos 312 (41,1%).

Dos 312 adolescentes trabalhadores selecionados para o estudo, 85 (27,2%) deles não contribuem para a renda familiar, 197 (63,1%) relataram contribuir, 23 (7,4%) sustentam a família ou se autossustentam e 7 (2,3%) não responderam, conforme Tabela 1.

TABELA 1: Distribuição dos adolescentes que trabalham de acordo com a contribuição para a renda familiar. Rio de Janeiro, 2003.

Contribuição na renda familiar	Trabalhadores	
	f	%
Não contribui com a renda	85	27,2
Contribui com a renda	197	63,1
Sustenta a família ou se auto-sustenta	23	7,4
Em branco	7	2,3
Total	312	100,0

Destaca-se que essa situação possui importantes implicações para os adolescentes e para o seu processo psicossocial de desenvolvimento. Neste sentido, este ator social vê-se obrigado a equilibrar, sobre seus ombros, um peso econômico, psíquico, social e emocional não compatível com suas estruturas humanas ainda em franco desenvolvimento¹². Observa-se que, se considerar os jovens que possuem responsabilidades com suas famílias ou consigo mesmos de sustento diário e constante, soma-se mais de 70% do grupo estudado.

O processo de vivência de momentos de lazer e a necessidade de sentir-se inserido em um grupo de iguais, que possuem os mesmos desejos, sonhos e ilusões tendem a ser diminuídos em função das atividades laborais, especialmente se estas não ocorrem com o foco de aprendizagem.

Quanto às atividades realizadas pelos jovens trabalhadores, observa-se que os percentuais mais expressivos encontram-se distribuídos entre as funções domésticas – 81 (26,0%), que incluem atividades como as de doméstica, empregada, faxineira, cuidar de casa, recreadora, creche, babá, garçom, cozinheira; em seguida as atividades administrativas - 59 (18,9%), tais como auxiliar administrativo, arquivista, auxiliar de marketing, secretária, recepcionista; funções braçais - 55 (17,3%) como lavador, pedreiro, auxiliar de pedreiro, cobrador, ajudante geral, panfleteiro, entregador, ambulante, *office-boy*; funções técnicas – 54 (17,3%); e funções comerciais (15,0%), como balconista, vendedor, repositor, estoquista, fiscal, gerente, supervisor, empacotador. Ainda pode ser observada a presença de 10 (3,2%) estagiários e 3 (1,0%) militares, conforme Tabela 2.

TABELA 2: Distribuição dos adolescentes trabalhadores de acordo com as funções exercidas no trabalho. Rio de Janeiro, 2003.

Função	f	%
Funções domésticas	81	26,0
Funções administrativas	59	18,9
Funções braçais	55	17,6
Funções técnicas	54	17,3
Funções comerciais	47	15,0
Estagiário	10	3,2
Militar	3	1,0
Em branco	3	1,0
Total	312	100,0

Estes resultados demonstram que as funções domésticas e braçais juntas perfazem um total de quase metade da amostra (43,6%). Estas atividades não implicam nenhum tipo de capacitação do jovem e são profissões que exigem o uso da força física do adolescente aumentando os riscos de acidentes, não oferecem perspectivas de melhoria futura, além de serem mal remuneradas.

Entre os adolescentes estudados observou-se uma taxa de acidentes de trabalho de 23%, atingindo 73 jovens. Este percentual apresenta-se elevado ao se considerar que as atividades laborais nesta faixa etária devem ser direcionadas para a aprendizagem e não para o uso de mão de obra à semelhança de um adulto. Simultaneamente, deve-se pensar que vários desses adolescentes acidentados poderão apresentar sequelas físicas e psicológicas permanentes que irão influenciar a sua carreira profissional e a sua inserção no mercado de trabalho.

Em outro estudo se constatou que, além dos acidentes, a exposição a fatores estressores aliados às condições impróprias de trabalho, também podem conduzir esse trabalhador ao adoecimento físico e/ou psíquico¹³.

Um importante aspecto referente aos acidentes de trabalho entre jovens é o não uso de equipamentos de proteção individual (EPI). Entre os 70 adolescentes trabalhadores que explicitaram ter-se acidentado, todos afirmaram a necessidade de utilização de EPIs. Adicionalmente, a maioria dos jovens trabalhadores não utiliza qualquer tipo de EPI no ambiente de trabalho, conforme demonstra a Tabela 3.

Nesse contexto, entre os jovens que usam capacete na realização de seu trabalho, 2 (66,7%) já se acidentaram e 1 (33,3%) não sofreu danos. Já entre os que relatam não usá-lo, os acidentes atingiram 68 (97,1%) contra 2 (2,9%) de não acidentados, em um total de 70 adolescentes.

No que se refere a utilizar calçado de segurança, 8 sujeitos relatam utilizar e 65 não utilizam. Dos que utilizam, 7 (87,5%) se acidentaram e 1 (12,5%) não se

acidentou, enquanto entre os que não utilizam, 63 (96,9%) sofreram acidentes e 2 (3,1%) não sofreram.

No que se refere à luva como equipamento de proteção, 18 (24,6%) sujeitos referiram usá-la e 55 (76,3%) não. Entre os adolescentes que revelam utilizar a luva, 17 (94,4%) já sofreram acidentes e 1 (5,6%) não se acidentou. Entre os que não a utilizam, 53 (96,4%) relataram ter se acidentado, enquanto 2 (3,6%) negaram esta ocorrência.

Alguns jovens informaram utilizar outros equipamentos de segurança, em um total de 11. Desses, a

totalidade se acidentou. Entre os que relataram não usar outros tipos de equipamentos de segurança, em um total de 62 sujeitos, 59 (95,2%) se acidentaram e 3 (4,8%) não se acidentaram.

Observa-se que 42 (100%) sujeitos não usam nenhum tipo de equipamento de segurança e a totalidade deles já sofreu acidente no trabalho. Ao mesmo tempo, 31 (100%) sujeitos revelam que usam os equipamentos, sendo que 28 (90,3%) deles se acidentaram e 3 (9,7%) não se acidentaram.

TABELA 3: Distribuição dos adolescentes que trabalham segundo ocorrência de acidente de trabalho e uso de equipamentos de proteção. Rio de Janeiro, 2003.

Variáveis	Categoria	Machucou		Não machucou		Total f	p
		f	%	f	%		
Uso de equipamento de segurança (capacete)	Sim	2	66,7	1	33,3	3	0,263
	Não	68	97,1	2	2,9		
Uso de equipamento de segurança (calçado de segurança)	Sim	7	87,5	1	12,5	8	0,746
	Não	63	96,9	2	3,1		
Uso de equipamento de segurança (luva)	Sim	17	94,4	1	5,6	18	0,742
	Não	53	96,4	2	3,6		
Uso de equipamento de segurança (nenhum)	Sim	42	100,0	-	-	42	0,143
	Não	28	90,3	3	9,7		
Uso de equipamento de segurança (outros)	Sim	11	100,0	-	-	11	0,937
	Não	59	95,2	3	4,8		

DISCUSSÃO

No Brasil, muitos jovens ingressam cedo no mercado de trabalho, por vezes ainda enquanto crianças, expondo-os assim a riscos à saúde e ao seu desenvolvimento. Essa situação é agravada ao observar que as razões que levam os jovens a entrarem no mercado de trabalho estão associadas, dentre outros aspectos, a necessidade de complementar ou suprir a renda familiar.

Segundo dados oficiais, o número de adolescentes que trabalham no país é de quase 10,5 milhões¹⁴. Ao mesmo tempo, evidencia-se que 32 milhões de pessoas vivem em famílias cuja renda mensal per capita não ultrapassava meio salário mínimo. Os efeitos desta situação se fazem sentir na vida das crianças e adolescentes, no que se refere ao atendimento de direitos básicos¹⁵. Entre esses efeitos, está o ingresso de adolescentes no mercado de trabalho, configurando-se como 12% da população economicamente ativa.

O trabalho precoce e desenvolvido em situações de risco pode trazer prejuízos para o desenvolvimento físico e psicossocial do adolescente, impedindo que o jovem se dedique a atividades extracurriculares como aquelas lúdicas e sociais próprias da idade, bem como pode gerar certo grau de isolamento do seu núcleo familiar¹⁶.

É importante destacar o elevado índice de acidentes de trabalho que causa danos físicos permanentes, marcando a vida do adolescente. A qualidade do ambiente de trabalho pode determinar riscos de

caráter psicológico, como depressão, sensação de solidão, pessimismo e baixa auto-estima, levando os jovens trabalhadores a pensamentos negativos, sentimento de isolamento e desagregação social, que podem acarretar problemas futuros relacionados ao bem estar físico e mental¹⁷.

Embora o fenômeno do trabalho juvenil seja conhecido e carregue um traço cultural em determinadas partes do país, os dados relativos aos acidentes de trabalho nessa faixa etária são pouco conhecidos e, provavelmente, subestimados, visto que é constante a precariedade da formalização do vínculo de trabalho com adolescentes, fazendo com que sejam reconhecidos apenas aqueles acidentes em que eles estão formalmente inseridos nas relações de trabalho¹⁸.

Em outro estudo¹⁹ foi mostrado que, entre os estudantes do ensino fundamental e médio nos municípios de Monteiro Lobato e de Santo Antônio do Pinhal, ambos no estado de São Paulo, prevalecem uma ocorrência de 47% de acidentes entre 781 estudantes. Observa-se, assim, que situações de acidentes com este público podem ser mais frequentes do que as estatísticas oficiais divulgam.

Apesar de nenhuma das variáveis referidas terem apresentado associação significativa no teste qui-quadrado, em um nível de significância de 5%, elas apresentam importância qualitativa, considerando a vulnerabilidade física e psicossocial da faixa etária implicada.

Essas associações parecem bastante significativas, considerando o nexos qualitativo estabelecido entre elas e as implicações para o desenvolvimento psicossocial e para o futuro dos jovens. Estudos^{6,9} demonstram que a análise da idade de início de trabalho revela que quanto mais cedo o jovem começa a trabalhar, maior o número de acidentes, portanto uma relação entre o conhecimento e domínio dos instrumentos de trabalho e os acidentes; a jornada de trabalho também estabelece uma relação direta com a ocorrência de acidentes, quanto maior o número de horas trabalhadas maior o número de acidentes, portanto, quanto maior o estresse físico e mental, maior o número de acidentes; a frequência de acidentes também é elevada entre os jovens que afirmam exercer trabalhos que exigem esforço físico. Por outro lado, as relações entre os aspectos psicológicos envolvidos no trabalho e a ocorrência de acidentes também é revelada.

Ao mesmo tempo, observa-se que o acidente de trabalho, neste grupo etário, pode ser ocasionado também pela falta de maturidade, desatenção, ausência de condições adequadas de trabalho e o não uso de equipamentos de segurança. Esses acidentes ainda podem aumentar a possibilidade de os jovens trabalhadores desenvolverem problemas de saúde permanentes que interferirão no trabalho em fases posteriores das suas vidas.

Como pontuado anteriormente, os acidentes têm variadas causas. Entretanto, a maioria dos adolescentes deste estudo não utiliza equipamentos de proteção em seu cotidiano profissional, apesar de exercerem atividades que exigiriam o seu uso, aumentando assim a probabilidade de acidentes e a exposição deste grupo a lesões temporárias e permanentes.

Entre as funções exercidas pelos jovens trabalhadores, aquelas que implicam maiores riscos e exigiriam o uso de EPIs são as funções domésticas, braçais, técnicas e também aquelas de caráter administrativo e comercial, uma vez que o uso de equipamentos de proteção individual pretende reduzir a exposição dos trabalhadores a riscos existentes nos diversos ambientes de trabalho¹⁸. Entre os EPIs disponíveis, verificamos o uso, principalmente, de capacetes, calçados de segurança, máscaras e luva. Torna-se importante destacar que o capacete é o equipamento mais largamente utilizado em indústrias e construções. Nesse sentido, evidencia-se que esse é o único EPI fornecido pela maior parte das empresas²⁰, mas há ainda aquelas que não reconhecem a obrigatoriedade do uso do mesmo.

No que tange ao calçado de segurança, alguns autores²¹ o consideram como útil para proteger os pés de ferimentos ou torna-se necessário em locais com fluência de eletricidade. Ao mesmo tempo, para proteger corretamente os pés é importante considerar que a bota tenha forma anatômica e permita a liberdade de movimentos, sem pontos de tensão ou de compressão, permitindo assim um desempenho satisfatório do trabalhador em sua jornada de trabalho¹⁵.

Destaca-se um tipo de equipamento de proteção, a luva, que é uma importante barreira de proteção para os trabalhadores em diversas profissões. Para cada tipo de profissão existe um tipo de luva e, por isso, torna-se necessária a realização de treinamentos e de uma maior atenção para se realizar certos procedimentos. Neste estudo foi demonstrado que tanto entre os sujeitos que não usam luvas, quanto entre os que as usam, o índice de acidentes foi de mais de 90%.

Observou-se que uma parcela de sujeitos não usa nenhum tipo de equipamento de proteção, sendo interessante destacar que 100% destes já enfrentaram alguma situação de acidente. O motivo dessa não utilização e, conseqüentemente, da ocorrência de acidentes, pode se dever ao fato de os adolescentes não associarem a ocorrência de acidentes de trabalho apenas ao não uso de equipamentos de segurança, relatando usar outros meios para se proteger²².

CONCLUSÃO

Este estudo permite concluir que, sendo o adolescente trabalhador um contribuinte ou até mesmo o mantenedor da renda familiar, o trabalho passa a ter um papel fundamental em sua vida, ganhando prioridade em detrimento de outras necessidades. Entre essas necessidades, pode-se citar o acesso à escola, ao lazer e ao convívio social, que são aspectos característicos desta fase de desenvolvimento. Inferre-se que a ocorrência de acidentes de trabalho na adolescência seja influenciada pelo não uso de equipamentos de segurança, mesmo considerando a inexistência de associação significativa no teste estatístico qui-quadrado, uma vez que as evidências quantitativas são fortes a esse favor.

Torna-se importante, portanto, buscar entender as razões do seu não uso, bem como detectar o modo como os adolescentes manejam os EPIs, objetivando perceber se alguns acidentes podem ser oriundos do uso inadequado desses materiais.

Para tanto, intensificar a educação no trabalho quanto ao uso de equipamentos de proteção e a sua fiscalização por parte da empresa empregadora e dos órgãos públicos se faz necessário. Ao mesmo tempo, prover os equipamentos adequados às funções que serão desenvolvidas é uma obrigação ética, civil e legal das empresas, no sentido de proteger a integridade física e psicológica do adolescente trabalhador. Este fato ganha ainda maior relevância quando se compreende o processo de crescimento e de desenvolvimento do jovem trabalhador, em que a compreensão da finalidade do uso do EPI pode não estar presente de forma plena, inclusive em função da característica desses atores sociais que, muitas vezes, se julgam invulneráveis.

Nesse aspecto, ressalta-se que o trabalho adolescente necessita ter um caráter formativo e de

aprendizagem e sempre na condição de aprendiz, como exige a legislação brasileira, o que não comporta situações perigosas, insalubres e, conseqüentemente, a exposição a situações de risco para acidentes.

Percebe-se, também, a importância de haver uma equipe multidisciplinar que acompanhe o adolescente trabalhador, promovendo ações que reduzam ou eliminem acidentes de trabalho e/ou complicações decorrentes do mesmo. Nesse contexto, cabe ressaltar que, sendo a adolescência uma etapa caracterizada por transformações biopsicossociais, a sua proteção é uma obrigação ética e moral de toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

1. Thiengo MA, Oliveira DC, Rodrigues BMRD. Adolescentes, AIDS e práticas de proteção: uma abordagem estrutural das representações sociais. *Rev enferm UERJ*. 2002; 10:81-4.
2. Ministério da Saúde (Br). Programa de Saúde do adolescente. Bases programáticas. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 1989.
3. Thompson ED, Ashwill JW. Uma introdução à enfermagem pediátrica. Porto Alegre (RS): Artes Médicas; 1996.
4. Oliveira DC, Sá CP, Fischer FM, Martins IS, Teixeira LR. Futuro e liberdade: o trabalho e a instituição escolar nas representações sociais de adolescentes. *Rev estud psicologia*. 2001; 6:439-41.
5. Reis AT, Oliveira DC, Gomes AMT. Representações sociais sobre saúde entre adolescentes de escolas públicas do município do Rio de Janeiro. *Rev enferm UERJ*. 2009; 17:473-8.
6. Oliveira DC, Fischer FM, Martins IS, Sá CP. Representações sociais e fatores de risco para o trabalho infantil e do adolescente: uma aproximação possível. *Cad saúde colet*. 2003; 10(2):177-94.
7. Oliveira DC, Fischer MF, Teixeira MCTV, Amaral MA. A escola e o trabalho entre adolescentes de ensino médio da cidade de São Paulo: uma análise de representações sociais. *Rev psico, teor e práct*. 2003; 5(1):27-39.
8. Carvalho A, Salles F, Guimarães M, organizadores. Adolescência. Belo Horizonte (MG): Editora UFMG; 2002.
9. Fischer FM, Martins IS, Oliveira DC, Teixeira LR, Latorre MRDO, Cooper SP. Occupational accidents among middle and high school students of the state of São Paulo, Brazil. *Rev saúde pública, São Paulo [SciELO-Scientific Electronic Library Online]* 2003 [citado em 11 nov 2003]. 3:351-6. Disponível em <http://www.fsp.usp.br/rsp>.
10. Martins IS, Fischer FM, Oliveira DC, Teixeira LR, Costa LAR, Marinho SP et al. Crescimento e trabalho de estudantes de ensino fundamental e médio em São Paulo, Brasil. *Rev saúde pública*. 2002; 36:19-25.
11. Fischer FM, Martins IS, Oliveira DC. Saúde, educação e trabalho nos municípios de Monteiro Lobato e Santo Antônio do Pinhal. São Paulo: FAPESP; 1999.
12. Oliveira DC, Fischer FM, Amaral MA, Teixeira MCTV, Sá CP. A positividade e a negatividade do trabalho nas representações sociais de adolescentes. *Psicol reflex crit*. 2005; 18:125-33.
13. Magnago TSBS, Lisboa MTL, Griep RH. Estresse, aspectos psicossociais do trabalho e distúrbios musculoesqueléticos em trabalhadores de enfermagem. *Rev enferm UERJ*. 2009; 17:118-23.
14. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Trabalho infantil. In: Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios 2008. [citado em 25 out 2009]. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>
15. Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho. Equipamento de Proteção Individual. São Paulo: FUNDACENTRO; 2007.
16. Oliveira DC. Caracterização das condições de educação. In: Martins IC, Oliveira DC, Fischer FM, organizadores. Relatório final do projeto: saúde, educação e trabalho nos municípios de Monteiro Lobato e Santo Antônio do Pinhal-SP. São Paulo: Universidade de São Paulo; 2000. p. 162-93.
17. Roberts RE, Roberts CR, Chen YR. Suicidal thinking among adolescents with a story of attempted suicide. *J am acad child adoles psychiatry*. 1998; 37(12):294-300.
18. Ministério do Trabalho e Emprego (Br). Secretaria de Inspeção no Trabalho. Departamento de Segurança e Saúde do Trabalhador. Nota Técnica à Portaria MTE/SIT/DSST nº 06 de 18/02/2000. Brasília (DF): Ministério do Trabalho e Emprego; 2000.
19. Fischer FM, Oliveira DC, Teixeira LR. Efeitos do trabalho sobre a saúde de adolescentes. *Rev ciênc e saúde colet*. 2003; 8:973-84.
20. Grohmann MZ. Segurança no trabalho através do uso de EPI's: estudo de caso realizado na construção civil de Santa Maria. Santa Maria (RS): Ed. UFSM; 1997.
21. Quevedo LAP, Oliveira Jr PR. Revisão dos itens de segurança do trabalho dentro dos procedimentos de execução controlados pelo PBQP-H implantados em uma empresa de construção civil Item 01 ao 12. Ponta Grossa (PR): Ed. UEPG; 2006.
22. Nagai R, Lefèvre AMC, Lefèvre F, Steluti J, Teixeira LR, Zinn LCS et al. Conhecimentos e práticas de adolescentes na prevenção de acidentes de trabalho: estudo qualitativo. *Rev saúde pública*. 2007; 41:404-11.